PPGDireito - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS EM 2024

OS FILHOS DO FEMINICÍDIO NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: A OMISSÃO QUE CONDENA À INVISIBILIDADE

Autora: Alice Benvegnú
Orientadora: Profa. Dra. Josiane Petry Faria

RESUMO

A pesquisa aborda as políticas públicas direcionadas aos órfãos do crime de feminicídio no Brasil. O objetivo geral desta investigação científica consiste em revelar a projeção da violência do feminicídio, investigar a existência de políticas públicas para crianças e adolescentes que remanescem desse crime, analisando criticamente a responsabilidade do poder público em face da Teoria da Proteção Integral. A primeira hipótese é que os filhos do feminicídio são alvos de violência psicológica diante do contexto em que estão inseridos e que o tema ainda está em atraso no país, carecendo de reconhecimento e atenção em nome da Teoria da Proteção Integral e do contexto do Sistema de Garantia de Direitos. A orfandade decorrente do feminicídio ainda é um assunto que sofre ocultamento no Brasil e a ausência de políticas públicas de proteção direcionadas para assegurar os direitos dos órfãos do feminicídio condena crianças e adolescentes que remanescem desse crime à invisibilidade, violando a Teoria da Proteção Integral. A segunda hipótese é que o poder público deve ser responsabilizado pela vida dos órfãos do feminicídio, ofertando suporte psicológico e financeiro às vítimas por meio de políticas públicas de proteção, especialmente a nível municipal, sob pena de intensificação da retraumatização. A metodologia consiste no método dedutivo e o método hermenêutico. Foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Dessa forma, a fim de resguardar os órfãos do feminicídio de vivenciarem de forma acentuada os impactos decorrentes do contexto de violência em que estão inseridos, ações e políticas públicas devem ser promovidas e executadas dentro do Sistema de Garantias de Direitos, assumindo uma efetividade que não pode ficar restringida ao campo normativo, tampouco ao método punitivista como centralidade da solução do problema. O poder público precisa urgentemente invocar para si a responsabilidade de reconhecer essa realidade como uma mazela social e adotar as ações incisivas de enfrentamento.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes; Feminicídio; Orfandade; Poder; Violência.

O IMPACTO DAS FAKE NEWS NO MEIO AMBIENTE E O NEGACIONISMO CLIMÁTICO NO BRASIL E ESPANHA

Autora: Aline Hoffmann
Orientador: Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho
Coorientadora: Profa. Dra. Talissa Truccolo Reato (UCS)

RESUMO

A disseminação e propagação de notícias falsas ou fakes news associado ao negacionismo climático e ao fenômeno da globalização e do capitalismo causam vários impactos no meio ambiente e desastres ambientais em âmbito global. Na sociedade de informação e comunicação existem muitas informações e desinformações ou fakes news sobre a poluição, contaminação do meio ambiente, desastres ambientais, conservação dos recursos naturais e a biodiversidade, como o aumento da emissão de gases, do aquecimento global e das mudanças climáticas. O objetivo geral da pesquisa de Dissertação propõe investigar o impacto das fake news no meio ambiente e o negacionismo do clima no Brasil e na Espanha, através do uso das novas tecnologias de informação. Os objetivos específicos propõem analisar os impactos no meio ambiente causadas através de divulgações de notícias falsas “fakes news” e do negacionismo climático, estudar os efeitos das fakes news e a proteção do meio ambiente, analisando o PL 2630 de 2020 que visa a regulamentação da Lei das Fake News definido como a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, como os impactos motivados pelos desastres e poluições ambientais ocorridos no Brasil e na Espanha. A linha de pesquisa, que a dissertação está incluída é Jurisdição Constitucional e Democracia, na área de concentração Novos Paradigmas do Direito, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Direito as Escola de Ciências Jurídicas da Universidade de Passo Fundo. O método de abordagem utilizado na pesquisa de Dissertação de Mestrado em Direito, foi o dedutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica. Palavras-chave: Fake News; Negacionismo climático; Proteção; Meio ambiente.

Palavras-chave: atendimento psicológico; intervenção na crise; tecnologia da informação; inovação; serviços de saúde pública.

PERSPECTIVAS CRÍTICAS E POTENCIALIDADES DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO: DIMENSÕES DO PODER, DISCURSO E NOVA RACIONALIDADE

Autora: Ana Julia Biasin Oedmann
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Antinolfi Divan

RESUMO

A presente Dissertação está inserida na Linha de Pesquisa Relações Sociais e Dimensões do Poder e tem como objetivo analisar a Justiça Restaurativa a partir do viés da transformação social e das relações humanas, não se restringindo apenas a um método de solução de conflitos ou a um expediente para aliviar a carga do Poder Judiciário. Por meio de uma pesquisa eminentemente bibliográfica, desenvolve-se em um primeiro momento a análise das dimensões conceituais e principiológicas da Justiça Restaurativa, explorando seu caráter em construção, suas primeiras experiências no Brasil e o estudo de três projetos-piloto, assim como a normatização e operacionalidade dos programas de JR. Em seguida, o foco passa para a necessidade premente de novos mecanismos de administração de conflitos no ordenamento jurídico brasileiro, em virtude das crises de (i)legitimidade e (in)eficiência no modelo atual de justiça criminal, a falência do sistema penitenciário e a necessidade de incorporação da lógica restaurativa na resolução de conflitos de natureza criminal. Este momento contempla também a diferenciação essencial nas práticas e técnicas da Justiça Restaurativa com outras comumente confundidas. Finalmente, são exploradas as dimensões de poder, direito e a lógica de restauração, investigando as falhas estruturais e as raízes do sistema punitivista como elementos cruciais para repensar a lógica jurídica atual.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Lógica jurídica. Dimensões do Poder.

PPGDireito - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E *COMPLIANCE*

Autor: Ari Rheinheimer Filho
Orientador: Prof. Dr. Giovani da Silva Corralo

RESUMO

A presente dissertação insere-se na área de concentração Novos Paradigmas do Direito, na linha de pesquisa Relações Sociais e Dimensões do Poder. O método de abordagem é o dedutivo e de procedimento são utilizados o histórico e o monográfico. O estudo é construído em torno do seguinte problema: é necessário implantar programa de *compliance* na esfera municipal para atingir o direito fundamental à boa administração pública? Os municípios brasileiros são entes federativos. Esta singularidade permite a eles possuírem autonomias: legislativa, autoorganização, financeira, política e administrativa. Para poder exercê-las com plenitude, o sistema principiológico-constitucional estabeleceu competências de cunho material e legiferantes. Dentre as atividades e políticas desenvolvidas por este ente, o direito fundamental à boa administração pública deve ser incessantemente perquirido, tornando-se um dever da administração. A complexidade estrutural, suas desigualdades regionais, de extensão e densidade populacional, o desequilíbrio financeiro dos municípios, somando-se a falta de comprometimento, despreparo e desconhecimento, pelos mandatários e a permanência de práticas como clientelismo, apadrinhamento político e conchavos na condução das ações e nas prestações de serviços públicos, torna-se necessária a implantação de uma gestão pública similar a governança corporativa, de gestão de riscos e *compliance* da atividade privada. Papel preponderante nesta evolução foi a realização da reforma gerencial em 1998, substituindo o burocratismo estatal e seus excessos procedimentais, por técnicas controladas por resultados e pela sociedade. Criar esta estruturação através de aspectos legais e normativos, propiciar acesso à informação, publicização e transparência de seus atos e engajamento da sociedade e participação popular, são imprescindíveis. Assim, será possível desenvolver o *compliance* municipal com seu conjunto de procedimentos e estruturas de conformidade, com padrões morais e legais, buscando garantir resultados através de suas políticas públicas, cumprindo com seu dever de dar uma boa administração, orientado pela gestão de riscos, ética e transparência. *Compliance* é abrangente e precisa ser adequado aos municípios. Diante do exposto, cabe ao Município adotar e adequar substancialmente o *compliance* , se quiser garantir a implantação e a manutenção do direito fundamental à boa administração pública como um dever estatal e um direito da cidadania.

Palavras-chave: Boa administração. *Compliance* . Gestão pública. Município. Reforma gerencial.

PPGDireito - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

DESAFIOS A PRÁTICA NOTARIAL DIANTE DOS IMPACTOS DA TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN*

Autora: Beatriz da Rosa Guimarães
Orientador: Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado tem a finalidade de investigar criticamente as consequências da adoção da tecnologia *blockchain* pelos tabelionatos de notas, focando nos desafios que essa inovação apresenta para a preservação da fé pública, da confiança e da segurança jurídica no contexto notarial. Este estudo também considera o impacto da Quinta Revolução Industrial, a fim de compreender melhor a interação entre inovação tecnológica e práticas tradicionais. Assim, o problema central desta pesquisa é: "de que maneira a *blockchain* está redefinindo a prática notarial no Brasil e, dentro deste contexto, esta tecnologia representa uma ameaça à preservação da segurança jurídica proporcionada pela prática notarial?". Para responder a este questionamento, o primeiro capítulo visa aplicar a teoria de Niklas Luhmann sobre a confiança, correlacionando-a com o princípio da segurança jurídica e o conceito de fé pública, a fim de analisar a função socioeconômica do notariado brasileiro e sua atuação como mecanismo de redução da complexidade social. O segundo examina os efeitos da intersecção entre o Direito e a tecnologia, utilizando a teoria de Niklas Luhmann sobre a função e evolução do Direito, explorando a noção de autopoiese tecnológica sob a ótica de Rafael Simioni, e analisando as implicações da Quinta Revolução Industrial descrita por Marc Vidal. Ambos os capítulos proporcionam uma base teórica e conceitual essencial para a análise subsequente. O terceiro e último capítulo busca investigar as mudanças e impactos gerados pela implementação da tecnologia *blockchain* na prática notarial, utilizando como referência as regulamentações existentes. Esta análise pretende identificar potenciais riscos que essa inovação tecnológica pode apresentar à fé pública notarial, além de avaliar as possíveis implicações para a confiança e a segurança jurídica. Adotou-se o método hipotético-dedutivo, empregando uma abordagem exploratória e qualitativa. A investigação foi conduzida por meio de pesquisa bibliográfica, com a organização e análise dos dados facilitadas pela técnica do fichamento. Ao final da pesquisa, foi possível confirmar a seguinte hipótese: "a implementação da *blockchain* à prática notarial potencializa a eficiência e pode aprimorar significativamente a segurança jurídica ao reforçar pilares da prática notarial e adaptá-los à era digital, representando mais uma oportunidade do que uma ameaça", tendo em vista que se observa um movimento do sistema jurídico no sentido de integrar a *blockchain* de forma complementar à atuação dos notários e não de forma substitutiva.

Palavras-chave: *blockchain*; Quinta Revolução Industrial; segurança jurídica; notariado latino; teoria dos sistemas sociais.

UM OLHAR FEMINISTA NA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL: ABORDAGEM ANALÍTICA SOBRE A INFLUÊNCIA DO FEMINISMO NA CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

Autora: Bianca Andrade de Castro
Orientador: Prof. Dr. Paulo Márcio da Cruz
Coorientadora: Profa. Dra. Francine Cansi (UNIABA)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo sopesar o princípio da igualdade na Constituição Federal a partir da perspectiva feminista, a fim de ponderar se efetivamente é possível se falar na igualdade de forma material. Nesse sentido, é imperioso avaliar o que é a igualdade material. A pesquisa parte da análise e história do surgimento do Feminismo, das mulheres que contribuíram para as diversas mudanças promovidas no meio social e político. Além disso, insere um panorama histórico de como deu-se o surgimento dos primeiros movimentos das mulheres em busca de seus direitos e os primórdios do feminismo. Passa, além disso, pela análise necessária dos eventos pré-ditadura militar, que culminaram no período da Constituinte. Período esse que é um marco legal na esfera jurídica dos direitos positivados para as mulheres. Na atual conjuntura brasileira, apresentam-se os mecanismos que foram determinantes para que as mulheres buscassem sua voz e as lutas necessárias para que fossem ouvidas e representadas. Há uma análise dos movimentos feministas atuais e a representatividade aumentada da mulher no meio social na busca pela defesa de seus direitos. Este estudo, instiga a busca por ferramentas que incentivem e levem ao entendimento da necessidade de uma Constituição Federal fortalecida e respeitada para que os direitos femininos conquistados, mais do que positivados, sejam efetivamente aplicados. O trabalho é de cunho bibliográfico, baseados em teóricos clássicos e contemporâneos, e, através do método dedutivo, busca a utilização do princípio da isonomia sob o olhar feminista, para que se elucide a força das mulheres e sua inserção na Constituição Federal.

Palavras-chave: Direitos das mulheres, Feminismo, Igualdade de gênero e justiça, Movimento feminista, Mulheres e isonomia.

COMPLIANCE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: A ADOÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Autor: Carlos Afonso Rigo Santin
Orientador: Prof. Dr. Giovani da Silva Corralo

RESUMO

A dissertação estuda a *compliance* no Brasil e no mundo, com destaque para a adoção de Programas de Integridade em pequenas e microempresas. O problema a ser resolvido é: quais elementos estão presentes nos programas de integridade como instrumentos para uma maior eficiência do objetivo de combate à corrupção nas micro e pequenas empresas no Brasil? O primeiro capítulo apresenta o fenômeno da corrupção, suas dimensões históricas, sociais, jurídicas e econômicas; casos marcantes de combate à corrupção; os prejuízos causados por esse fenômeno e os benefícios de combatê-lo. No segundo capítulo, se examinam as principais leis e tratados referentes ao combate à corrupção, especialmente em micro e pequenas empresas, com destaque para a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/21), convenções da ONU e da OCDE, a Portaria Conjunta nº 2.279/2015, o Decreto 11.129/22, além de manuais do SEBRAE e do CADE. O terceiro capítulo aborda o caso prático da criação do Programa de Integridade em uma pequena empresa sediada no município de Passo Fundo (RS): a "TopoMen Soluções Geoespaciais", atuante na área de topografia e georreferenciamento. Esse capítulo apresenta as dificuldades e desafios enfrentados no caso da TopoMen, além de recomendações e lições que podem servir para outras empresas que queiram fazer o mesmo. Em termos metodológicos, a pesquisa utiliza o método dedutivo, além da análise de caso prático. A principal fonte de pesquisa é a bibliográfica, com um enfoque multidisciplinar. Conclui-se que os programas de integridade são importantes instrumentos de combate à corrupção – empresas privadas, de todos os tamanhos, devem acompanhar a evolução da legislação e do mercado globalizado, adotando uma cultura empresarial de integridade, ética e transparência.

Palavras-chave: *Compliance*. Combate à corrupção. Pequenas e micro empresas. Programas de Integridade.

A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA O MEIO AMBIENTE E À SOCIEDADE: ANÁLISE COMPARADA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E ESPANHOLA

Autora: Caroline Bianchi Cunha
Orientador: Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho

RESUMO

A presente dissertação avalia a relevância da gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil e na Espanha, e os impactos negativos causados pela má gestão de tais resíduos ao meio ambiente e à sociedade, investigando se as leis atuais existentes são eficazes para sanar tamanho problema. A pesquisa parte inicialmente investigando os principais motivos de geração dos resíduos sólidos urbanos, tendo como fator indispensável atrelado ao consumismo exacerbado presente na sociedade atual, bem como analisa as principais consequências decorrentes da geração de resíduos em excesso e a má gestão de tais resíduos. Posteriormente, são elencados os ordenamentos jurídicos do Brasil e da Espanha que tratam sobre a questão ambiental, especialmente atrelado aos resíduos de cada país, bem como a Constituição de cada país. Após, são abordados alguns métodos que podem auxiliar em uma melhora significativa na gestão dos resíduos sólidos urbanos, tais como uma planificação adequada, afins de evitar possíveis calamidades ambientais, uma gestão democrática das cidades, envolvendo a participação social dos cidadãos na tomada de decisões, desenvolvimento de cidades inteligentes, economia circular voltada a uma redução na geração de resíduos e a educação ambiental em todos os níveis. A metodologia tem com base lógica operacional por meio do método científico hipotético-dedutivo, já que parte de hipóteses explicativas, considerando a mudança de pensamento e juridica sobre a questão ambiental. A linha de pesquisa, que a dissertação está incluída é Jurisdição Constitucional e Democracia, na área de concentração Novos Paradigmas do Direito, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Direito da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade de Passo Fundo.

Palavras-chave: Consumismo. Residuos sólidos urbanos. Economia Circular. Legislação brasileira. Legislação espanhola.

A SUPERLOTAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL NO RIO GRANDE DO SUL SOB O OLHAR DO PRINCIPIO DA DIGNIDADE HUMANA

Autora: Flávia Stainr Pires
Orientador: Prof. Dr. Marcos Leite Garcia

RESUMO

O tema encontra-se altamente difundido na atualidade, incluso nos tribunais superiores. Assim, um dos grandes problemas sociais que assolam o Brasil, destaca-se neste trabalho a superlotação prisional, considerado durantes anos e desprovido de atenção merecida, o assunto sempre se inseriu nos debates acadêmicos como uma das formas mais contundentes de violação dos direitos humanos, deste modo faz jus se debruçar em seus aspectos de profunda descriminação. O estudo se apresenta como um grande desafio, dado a sua profundidade e alcance, pois sabe-se que esta questão não é recente, sendo uma problemática histórica e espacial que culmina na sociedade contemporânea. Por isso, dentro do tema proposto, justifica-se a escolha da delimitação a nível de território brasileiro em virtude das diferenças alarmantes de uma região para outra no tratamento e estrutura do sistema prisional. Assim, o estudo tem como objetivo geral demostrar a possibilidade da aplicação de políticas públicas ao sistema prisional através do princípio da dignidade da pessoa humana e como objetivos específicos levantar o problema da superpopulação prisional no Rio Grande do Sul, partindo de uma perspectiva histórica e social juntamente com a exposição do Direito Penal humano, abrangendo os tipos de prisões e a questão principiológica, conceituar o princípio da dignidade da pessoa humana, correlacionando-o com o sistema jurídico e fundamentos constitucionais, com as decisões dos tribunais, diante das dificuldades de reinserção e recuperação dos presos e apresentar possibilidades de políticas públicas que estejam pautadas na eficácia do princípio da dignidade da pessoa humana. Por este motivo, também a nível de pós-graduação a pesquisa se mostra relevante social, jurídica e politicamente frente a notória a necessidade de uma interação entre intuições governamentais, privadas e sociedade para além de pensar no problema buscar políticas públicas na prevenção e reeducação do problema. Dessa maneira, as leis que buscam proteger os presos se mostram ineficientes para solucionar a superlotação no sistema prisional no Rio Grande do Sul, diante disso, indaga-se: A observância do princípio da dignidade da pessoa humana através da aplicação de políticas públicas eficazes, podem modificar a situação da superlotação no sistema prisional no Rio Grande do Sul? O método a ser adotado no desenvolvimento da presente pesquisa será o dedutivo, numa perspectiva analítica e crítica, pois para que a conclusão seja considerada verdadeira, estabelece-se como condição que todas as premissas sejam verdadeiras e que a verdade da conclusão já estava implícita nessas premissas. Uma vez estruturado, o método de procedimento utilizado será histórico e comparativo, e agregando, as técnicas de pesquisa, onde se utilizou documentação indireta, com consulta em bibliografia de fontes primárias e secundárias (publicações, avulsas, jornais, revistas especializadas na área da pesquisa, livros, periódicos de jurisprudência, etc.). Especificamente o estudo abordará a análise especifica da notificação ao presidio central de Porto Alegre pelo Tribunal Internacional de Direitos Humanos, em 2019 e das leis brasileiras que visam proteger os presos e necessitam ser eficazes para reduzir a superpopulação penitenciaria no estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Dignidade humana, Direitos Humanos, sistema prisional, superpopulação, violação.

ECOCÍDIO E OS DESAFIOS DA POLÍTICA EXTERNA CONTRA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Autora: Gabriely Vivian Vieira
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Ramos Alves

RESUMO

Aborda-se o ecocídio e os desafios da política externa contra a internacionalização da Amazônia. Primordialmente, demonstram-se quais são os desafios e de que forma a política externa dos Estados onde está localizada a Amazônia podem se resguardar de uma possível internacionalização, garantindo sua soberania, mas agindo contra o ecocídio. Mostram-se os aspectos contemporâneos da Amazônia, o enquadramento do ecocídio no Novo Constitucionalismo Latino-Americano e a crise intercontinental que circunda a Floresta no contexto das responsabilidades de gestores políticos. Adota-se uma metodologia mista, com elementos qualitativos e quantitativos. Iniciase pela técnica de pesquisa bibliográfica, com a revisão da literatura, para analisar o papel do TPI na responsabilização de gestores políticos no que tange o ecocídio na Amazônia, por meio de livros, artigos científicos, legislações e tratados internacionais. Em seguida, apresenta-se um levantamento de dados quantitativos por meio da análise estatística de dados secundários, como relatórios de órgãos governamentais, ONGs e instituições internacionais. Com isso, avalia-se a incidência e a gravidade dos crimes ambientais na Amazônia, bem como identifica-se os padrões de má gestão por parte de gestores políticos. Além disso, evidenciam-se dados qualitativos (análise de conteúdo e artefatos culturais). O método utilizado na pesquisa é predominantemente o dedutivo, alternado em alguns trechos com os métodos comparativo e sistemático. A corrupção de gestores políticos acarreta consequências devastadoras para a Amazônia. Responsabilizar individualmente gestores políticos através da inclusão do ecocídio como crime autônomo no Estatuto de Roma proporciona um julgamento justo e independente pelo TPI. Não se afronta a soberania dos Estados, e garante-se uma efetiva responsabilização pelos danos ambientais causados. Portanto, é fundamental que gestores políticos sejam responsabilizados por suas ações ecocidas na Amazônia perante o TPI, independentemente de seu cargo ou esfera de atuação.

Palavras-chaves: Amazônia; Ecocídio; Internacionalização; Política Externa.

A PRISÃO TEMPORÁRIA E A INSTRUMENTALIDADE MATERIAL DO PROCESSO: OS REFLEXOS JURÍDICOPOLÍTICOS DO JULGAMENTO DAS ADIS N. 3360 E N. 4109

Autor: Gibran Pedro Pereira
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Antinolfi Divan

RESUMO

A presente Dissertação está inserida na Linha de Pesquisa Relações Sociais e Dimensões do Poder, tendo como tema a prisão temporária e a decisão do STF nas ADIs 3360/DF e 4109/DF e a instrumentalidade material do processo. O tema detém alicerce na seguinte problemática: Quais os possíveis reflexos jurídico-político da decisão, pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIs n. 3360 e n. 4109, da prisão temporária frente ao princípio da instrumentalidade material do processo? O objetivo geral é analisar as decisões das ADIs frente à constitucionalidade e instrumentalidade material (a) desenvolver o estudo das relações de poder que moldam a sociedade, a instrumentalidade e o garantismo; (b) analisar a conspecção de garantia da ordem pública (c) verificar a decisão do STF e seus possíveis reflexos jurídico-político. Utilizou-se como conceito base a teoria garantista de Ferrajoli. Através do método dedutivo, foi possível concluir que apesar das decisões do STF e da Lei 12.403/2011, a realidade prática indica que a prisão temporária continuará sendo usada de maneira extensiva, muitas vezes como resposta às pressões sociais por segurança, ao invés de ser um último recurso, conforme preconiza a teoria garantista. Isso reflete a necessidade de um esforço contínuo para alinhar a teoria e a prática no sistema de justiça penal, considerando os desafios associados à mudança de práticas judiciais enraizadas e a mentalidade dos operadores do direito.

Palavras-chave: Constitucionalidade. Garantismo. Instrumentalidade material. Prisão temporária. Supremo Tribunal Federal.

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FORMA DE FLEXIBILIZAR O CRITÉRIO DE DEFICIÊNCIA PARA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

Autora: Janaína da Silva Policarpo de Campos
Orientadora: Profa. Dra. Adriana Fasolo Pilati
Coorientadora: Profa. Dra. Carla Della Bona

RESUMO

Esta pesquisa investigará a relação entre o princípio da dignidade da pessoa humana e os critérios de concessão dos benefícios assistenciais, com foco no benefício de prestação continuada. Iniciar-se-á com uma análise histórica dos direitos fundamentais, destacando a importância destes para o Estado Democrático de Direito e a influência na assistência social. O princípio da dignidade é apresentado como essencial para garantir condições mínimas de subsistência, especialmente, através do benefício de prestação continuada, que busca assegurar a dignidade aos assistidos. Além disso, serão discutidos outros princípios constitucionais, como igualdade, liberdade e cidadania, relevantes para a concessão dos benefícios assistenciais. A análise dos critérios de deficiência considerará a flexibilidade necessária para adaptar às diferentes situações individuais, com embasamento legal na Lei Orgânica da Assistência Social e diretrizes internacionais da Organização Mundial da Saúde. Destacar-se-á a importância do benefício de prestação continuada como garantia do sustento das pessoas em situação de vulnerabilidade, alinhado aos princípios constitucionais. Por fim, serão exploradas as possibilidades de concessão do benefício assistencial, levando em conta o princípio da dignidade da pessoa humana e os fundamentos do Estado Democrático de Direito. Esta pesquisa contribui para a compreensão da importância da flexibilização dos critérios de concessão dos benefícios assistenciais, visando garantir a dignidade e a cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade. Utilizar-se-á a metodologia dedutiva e dialética ao longo da pesquisa, além do científico hipotéticodedutivo.

Palavras-chave: Assistência. Benefício de Prestação Continuada. Dignidade humana. Pessoa com deficiência

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E ECONOMIA HUMANISTA: DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO E DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Autora: Julia Brezolin
Orientadora: Profa. Dra. Karen Beltrame Becker Fritz
Coorientador: Prof. Dr. Sergio Sebastián Barocelli (UBA)

RESUMO

A presente Dissertação está inserida na Linha de Pesquisa de "Jurisdição Constitucional e Democracia" com Área de Concentração em Novos Paradigmas do Direito, do curso de Mestrado em Direito do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade de Passo Fundo. O objetivo da pesquisa é analisar os limites e possibilidades de a Economia Humanista ser utilizada como mecanismo para redução das desigualdades sociais e preservação da Dignidade da Pessoa Humana em um contexto latino-americano e global. Para tanto, a Dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro destina-se a uma retomada histórica da construção da noção de Dignidade e o estabelecimento de um conceito aplicável no âmbito da pesquisa. Também, analisa o seu reconhecimento em declarações e constituições no âmbito latino-americano e global, bem como, os desafios para efetivar o Direito ao Desenvolvimento e reduzir desigualdades. O segundo capítulo visa estudar as transformações do sistema econômico e os principais impactos das Revoluções Industriais, da globalização e das novas tecnologias, nas transformações do capital e estabelecimento de um capitalismo improdutivo, considerando a possiblidade de a Dignidade da Pessoa Humana ser utilizada como paradigma para um viés econômico humanista e sustentável. E, o terceiro e último capítulo, pretende examinar a filosofia humanista, especialmente a do direito econômico, o conceito de economia humanista e a possibilidade de implementação deste sistema, como instrumento para a redução de desigualdades sociais e preservação da Dignidade da Pessoa Humana no contexto latino-americano e global. Assim, a problemática de pesquisa pode ser consubstanciada na seguinte indagação: Em que medida a Economia Humanista pode ser utilizada como instrumento para a preservação da Dignidade da Pessoa Humana frente aos desafios da globalização e das novas tecnologias? Para responder ao problema, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, possibilitando ir-se de ideias gerais para conclusões específicas. Como Teoria de Base, foram utilizados os autores Ingo Wolfgang Sarlet, Ladislau Dowbor, Leonardo Boff, Ricardo Sayeg, Wagner Balera, entre outros. Enquanto procedimento investigatório, empregou-se a pesquisa bibliográfica qualitativa. Por fim, como resultado da pesquisa, identificou-se que a economia humanista é viável e que pautada na Dignidade da Pessoa Humana, possibilita a concretização de direitos humanos e fundamentais, de direitos da natureza e um desenvolvimento humano pleno e sustentável. Ademais, com esse viés econômico, resgata-se a responsabilidade das empresas para com a sociedade e a necessidade de o Estado retomar a sua governança. As temáticas abordadas na pesquisa vinculam-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente a erradicação da pobreza (ODS 1), o trabalho descente e crescimento econômico (ODS 8), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), a redução de desigualdades (ODS 10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), consumo e produção sustentáveis (ODS 12) e a paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16).

Palavras-chave: Dignidade da Pessoa Humana; Economia Humanista; Globalização; Novas Tecnologias; Sustentabilidade.

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE E O RETROCESSO SOCIAL DA REDUÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA DA REFORMA TRABALHISTA

Autora: Lara Muniz do Amaral
Orientador: Prof. Dr. Marcos Leite Garcia

RESUMO

O presente trabalho analisou os impactos gerados nos direitos fundamentais dos trabalhadores através da possibilidade do negociado se sobrepor ao legislado, com a aprovação da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). A área de concentração é das ciências sociais aplicadas e a linha de pesquisa adotada, é da Jurisdição Constitucional e Democracia. A problemática movedora da pesquisa foi o questionamento da constitucionalidade da norma a qual permitiu a redução do intervalo intrajornada, tendo em vista a proteção constitucional da saúde e segurança dos trabalhadores em razão da aprovação da Reforma Trabalhista. O procedimento adotado para realização do trabalho foi o indutivo. O desenvolvimento do trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro aborda a dignidade da pessoa humana e os direitos sociais, bem como a construção teórica do conceito de trabalho decente e a proteção do trabalho decente na legislação brasileira. No segundo capítulo, são abordados os princípios constitucionais referentes aos trabalhadores, incluindo o princípio da dignidade humana, não retrocesso social, solidariedade e igualdade. Por fim, no terceiro capítulo o tema é a Reforma Trabalhista, as violações da dignidade dos trabalhadores, os aspectos da saúde e segurança dos trabalhadores e, por fim, a (in) constitucionalidade da Reforma. Concluiu-se a necessidade de se manter o entendimento da Súmula 437 do TST, que declara a norma como indispensável e, ainda, aguarda-se o Supremo Tribunal Superior declarar inconstitucional o parágrafo único do artigo 611- B da CLT, restabelecendo e garantindo os direitos constitucionais, fundamentais dos trabalhadores.

Palavras-chave: Consolidação das Leis do Trabalho. Dignidade da pessoa humana. Organização Internacional do Trabalho. Princípios. Reforma Trabalhista.

O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE E A AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE 48

Autor: Leonardo José Diehl
Orientadora: Profa. Dra. Adriana Fasolo Pilati

RESUMO

O propósito deste estudo é avaliar a decisão tomada pelo STF na Ação Direta de Constitucionalidade de nº 48, que julgou constitucional a Lei 11.442/2007, no que tange à caracterização do contrato do Transportador Autônomo de Cargas (TAC), como relação comercial sem possiblidade de reconhecimento do vínculo empregatício. O objetivo principal do Controle Concentrado de Constitucionalidade é promover a garantia e efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal Brasileira, entre eles, as garantias direcionadas aos trabalhadores. Porém, a decisão citada impede o acesso a estes direitos a uma parcela significativa de trabalhadores do setor de transporte rodoviário de cargas. Pretende-se examinar possíveis resoluções ao problema, analisando a adequação à ADC 48 aos objetivos do Controle Concentrado de Constitucionalidade. Para tanto, faz-se uma análise histórica da importância do Constitucionalismo e dos objetivos do Controle Concentrado de Constitucionalidade, em comparação com a decisão prolatada na referida ADC.

Palavras-chave: Constituição. Controle Concentrado de Constitucionalidade. Vínculo de Emprego. Subordinação.

OS OBSTÁCULOS IMPOSTOS ÀS MULHERES MIGRANTES FRENTE À LUTA POR IGUALDADE E VALORIZAÇÃO NA INCORPORAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO BRASIL

Autora: Lilia Martins
Orientadora: Profa. Dra. Karen Beltrame Becker Fritz

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema a supervulnerabilidade da mulher migrante e trabalhadora no Brasil, e aborda a complexa realidade dessas mulheres migrantes, com foco especial na sua inserção e reconhecimento no mercado de trabalho formal. A pesquisa propõe responder ao problema: Qual é o principal obstáculo enfrentado pelas mulheres migrantes no Brasil em termos de inserção e valorização no mercado de trabalho formal? As hipóteses principais apontam para os desafios enfrentados por estas mulheres, em grande parte devido à ausência de políticas públicas adequadas, e/ou a atenção insuficiente às suas necessidades específicas. O objetivo é investigar os obstáculos à inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho, analisar os aspectos das migrações no Brasil, compreender o histórico das migrações com foco na feminização desse processo e destacar a luta pelo reconhecimento da mulher migrante e trabalhadora. A Metodologia de pesquisa adota uma abordagem documental e literária interdisciplinar, utilizando o método hipotético-dedutivo para testar as hipóteses levantadas. A partir desses pontos foi possível concluir a carência do reconhecimento e valorização da mulher migrante no que tange a inserção desta ao mercado de trabalho formal, bem como a impossibilidade da ascensão profissional e pessoal no percurso migratório a este público, diante da complexidade no enfrentamento às discriminações acentuadas de gênero e de migrante, uma vez que estes estereótipos refletem a necessidade de implementação de políticas públicas que garantam o acolhimento e a diminuição dos estereótipos.

Palavras-chave: Migração. Mulher. Políticas Públicas. Trabalho. Vulnerabilidade.

AUTOMONIA REPRODUTIVA E ABORTO SOBRE A PERSPECTIVA DA LEI BRASILEIRA

Autora: Maria Carolina Golin
Orientador: Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araújo

RESUMO

Na linha de pesquisa direcionada às Relações Sociais e Dimensões de Poder, se buscou analisar a real eficácia do atual Código Penal brasileiro no que concerne à prática do aborto, abordando acerca da história da prática e sua análise científica, bem como as consequências sociais que essa acarreta. Ainda, expôs a forte ligação existente entre os direitos fundamentais e a prática do aborto, se buscando responder se há de fato algum benefício que essa legislação traga para a população. Para tanto, se investigou a norma em conjunto com eventuais mudanças trazidas que possam ser trazidas pelo Projetos de Leis e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Se utilizou para o presente estudo a pesquisa bibliográfica, sendo usando na fase de investigação como base lógica operacional o método dedutivo, a partir do qual se tem possibilidades de chegar a conclusões em virtude de sua lógica. Já na fase de tratamento dos dados se fez uso o método histórico, o comparativo e o estatístico. Desse modo, se demonstrou a existência de lacunas jurídicas que acarretam prejuízos de caráter físico e psicológico às mulheres que se encontram com uma gravidez indesejada, já que não impede a prática do aborto, mas evita que esse aconteça de forma segura, ansiando de movimentação concreta dos poderes presentes do Estado para que a normativa se adeque a nova realidade.

Palavras-chave: Abortamento. Vida. Gestores de Normalidade. Dimensões de Poder.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE E (IN)APLICABILIDADE DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO DA CRISE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Autora: Marina Witter Puss
Orientador: Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araújo

RESUMO

Este estudo analisa as implicações das Parcerias Público-Privadas (PPPs) no sistema prisional brasileiro, visando entender a sua (in)constitucionalidade e (in)aplicabilidade. O primeiro capítulo aborda a evolução histórica e as mudanças conceituais das penas e prisões no Brasil, destacando a influência de fatores sociais e políticos. O segundo capítulo discute a integração entre setores público e privado nas prisões, examinando os efeitos do neoliberalismo e comparando modelos nacionais e internacionais. O terceiro capítulo foca na gestão prisional privatizada, avaliando suas consequências éticas, econômicas e sociais e desafiando sua eficácia na reabilitação e tratamento dos detentos. Em termos metodológicos, este trabalho adota uma abordagem indutiva, partindo de teorias e legislações gerais sobre encarceramento e parcerias público-privadas para questionar a viabilidade dos contratos administrativos no setor prisional. Utiliza-se do método comparativo-funcionalista para examinar as relações entre o público e o privado, destacando diferenças e similaridades nos tratamentos dos presos, além da análise através do direito comparado da aplicação da modalidade de contratos em países estrangeiros. A pesquisa baseia-se em uma extensa revisão bibliográfica, abrangendo textos doutrinários, artigos e relatórios, além de jurisprudência relevante, para construir uma argumentação sólida e diversificada sobre o tema. A discussão em torno da gestão prisional privatizada se insere de maneira crítica no contexto da Linha de Pesquisa nas Relações Sociais e Dimensões do Poder, enfatizando a análise crítica do controle social e dos dilemas éticos e constitucionais decorrentes da transferência de atividades de gestão penal para entidades privadas. Desta forma, aborda-se a crise carcerária brasileira sob uma perspectiva que transcende a simples questão da eficiência administrativa, questionando os impactos sobre a liberdade individual e os fundamentos constitucionais. Em conclusão, enquanto as PPPs podem oferecer caminhos alternativos para a gestão do sistema prisional, elas não devem ser vistas como a única ou a principal solução para a crise enfrentada. A prioridade deve ser uma reforma profunda que respeite a dignidade dos presos, assegure a ressocialização como objetivo central da pena e fortaleça a integridade e eficácia do sistema de justiça criminal.

Palavras-chave: Crise Carcerária; Medidas Alternativas; Parcerias Público-Privadas; Políticas Públicas; Sistema Prisional.

CONSENTIMENTO INFORMADO DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS: AS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA DA POPULAÇÃO

Autor: Marlon Adriano Balbon Taborda
Orientador: Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araújo

RESUMO

A dissertação estuda o consentimento informado durante a pandemia de coronavírus, em especial a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Constitucionalidade 6.586 e 6.587. O problema a ser resolvido é mostrar em que medida a decisão do STF de autorizar a vacinação obrigatória da população contra o coronavírus violou o direito dos cidadãos ao consentimento informado. O consentimento informado defende a liberdade, a autonomia e a autodeterminação dos cidadãos, dando a eles o direito de recusar intervenções em seus organismos, embora algumas teorias defendam que, em nome de interesses coletivos – como a saúde pública – a vacinação possa ser obrigatória. Durante a pandemia de coronavírus, a vacinação obrigatória da população ficou autorizada, no Brasil, através da Lei 13.979/2020 (Lei da Quarentena). Muitos cidadãos se posicionaram contrariamente à essa lei, até que o assunto foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nas Ações Diretas de Constitucionalidade 6.586 e 6.587 – todos ministros, com a notável exceção de Nunes Marques, votaram de modo favorável à vacinação obrigatória. A pesquisa segue o método indutivo. Conclui-se que a decisão do STF nas ADINS 6.586 e 6.587 violou, pelo menos parcialmente, o consentimento informado, pois a vacinação obrigatória da população feriu a liberdade, a autonomia e a autodeterminação dos cidadãos brasileiros. A vacinação obrigatória, apesar de autorizada pelo STF, em nome da saúde pública, feriu os direitos fundamentais dos cidadãos que não concordavam em ser vacinados contra o coronavírus e que temiam os efeitos colaterais das vacinas. A Constituição Federal de 1988 em nenhum momento autoriza, expressamente, a restrição de direitos fundamentais em momentos de pandemia, e essa restrição não está prevista em documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos nem em documentos clássicos da Bioética, como o Código de Nuremberg.
Palavras-chave: Consentimento informado; Bioética e Biodireito; Liberdade, autonomia e autodeterminação; Pandemia de coronavírus; Supremo Tribunal Federal; Vacinação obrigatória.

PPGDireito - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

IMPLEMENTAÇÃO DA RENDA BÁSICA NO BRASIL: IMPACTOS NOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS E REDUÇÃO DA POBREZA

Autor: Morgan Stefan Grando
Orientador: Prof. Dr. Marcos Leite Garcia

RESUMO

O Brasil enfrenta desafios socioeconômicos como desigualdade e pobreza, apesar do compromisso da Constituição de 1988 com a dignidade da pessoa humana e os direitos humanos fundamentais. Nesse contexto, a renda básica universal, definida como uma transferência monetária regular e incondicional, tem ganhado destaque como solução potencial para garantir o mínimo existencial e promover a inclusão social. Essa proposta, inspirada por experiências internacionais e respaldada por evidências acadêmicas, promete aliviar a pobreza. Iniciativas legislativas e debates públicos têm explorado a viabilidade e os impactos dessa política, focando em questões como valor adequado, financiamento sustentável e também infraestrutura administrativa eficiente. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a viabilidade e os efeitos de um programa de renda básica no contexto brasileiro. O problema desta investigação questiona em que medida é possível implementar um programa de renda básica universal no Brasil. Como hipóteses, tem-se que existe viabilidade de implementação, pois o país poderia alocar recursos, tecer uma revisão de políticas fiscais e tributárias, efetivar uma legislação específica com bases tanto legais quanto institucionais, com apoio político e social; em contrapartida, há muitos desafios, como, por exemplo, administração eficiente, monitoramento de indicadores de pobreza e desenvolvimento, melhorias para a eficácia do programa, entre outros. Como resultados, tem-se que apesar da implementação da renda básica universal no Brasil enfrentar desafios consideráveis, ela oferece uma promessa significativa para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A renda básica não é apenas uma medida econômica, mas um imperativo constitucional que pode assegurar que todos os brasileiros vivam com dignidade e segurança e pode ser um instrumento poderoso para reduzir a pobreza e promover a dignidade humana. A sua implementação bem-sucedida depende de um esforço coletivo e de uma visão clara de um futuro mais justo e inclusivo para todos os brasileiros.Em termos de metodologia, esta é uma pesquisa bibliográfica que foi feita pelo método hipotéticodedutivo. Assim, foi feita uma revisão sistemática de fontes e definido o problema que guiou o estudo, em seguida realizada a revisão de literatura, com fichamentos, após foram formuladas as hipóteses, definido o quadro teórico. Por fim, foi feita a análise e discussão e tecidas as considerações finais a partir do que foi pesquisado.

Palavras-chave: Dignidade da Pessoa Humana. Direitos Humanos Fundamentais. Mínimo Existencial. Pobreza. Renda Básica

PROCESSO DE IMPEACHMENT NO ÂMBITO DO MERCOSUL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI: GOLPE DE ESTADO OU INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO?

Autora: Naiéli Herrmann Bonini
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Ramos Alves

RESUMO

Durante o século XXI, o impeachment, antes em desuso, ganhou popularidade, especialmente na América Latina, devido a sua aplicação em diversos países da região. Dentre eles, destacam-se o impeachment de Fernando Lugo no Paraguai, no ano de 2012, e o impeachment de Dilma Vana Rousseff no Brasil, no ano de 2016. Tais episódios foram polêmicos e marcados pela polarização social, em que parte defendia tratar-se de um golpe de Estado e, outra, alegava a plena validade do uso do instituto. A partir disto, verifica-se que dos debates, tanto políticos, como acadêmicos, houve uma profícua produção sobre a aplicabilidade do instituto, bem como surgiram diferentes interpretações sobre a possibilidade de o impeachment ser considerado uma nova forma de golpe. Tal questionamento é válido quando se rememora que a América do Sul é marcada por regimes autoritários, portanto, frente a este contexto, é fundamental refletir acerca da democracia na região. Isto posto, presente a relevância e pertinência do tema, tanto no que diz respeito às suas implicações sócio políticas, quanto do ponto de vista jurídico constitucional. A partir da análise dos impeachments logrados na região da América Latina, especialmente nas primeiras décadas do século XXI, o problema da presente pesquisa se debruça em responder: o impeachment pode ser considerado instrumento eficaz para a consolidação democrática ou pode consistir em golpe de Estado. O objetivo geral da presente dissertação é justamente problematizar o instituto jurídico do impeachment como instrumento democrático na região latino americana, a partir da análise dos impeachments ocorridos no continente a partir das primeiras décadas do século XXI. A linha de pesquisa que a dissertação está incluída é a Jurisdição Constitucional e Democracia, na área de concentração de Novos Paradigmas do Direito, do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Direito da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade de Passo Fundo. O método de abordagem utilizado na pesquisa de Dissertação de Mestrado, foi o indutivo e a técnica bibliográfica.

Palavras chave: Democracia. Golpe de Estado. Impeachment..

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE DA LEI DO BEM E SUA EFICÁCIA

Autora: Olívia Oliveira Guimarães
Orientador: Prof. Dr. Liton lanes Pilau Sobrinho
Coorientador: Prof. Dr. Ipojucan Demétrius Vecchi

RESUMO

A inovação é um componente indispensável para o desenvolvimento econômico e social, sendo reconhecida como um direito fundamental em muitos contextos. No Brasil, políticas públicas de incentivo à inovação, como a Lei do Bem, desempenham um papel essencial na promoção desse direito. Esta dissertação explora os benefícios da Lei do Bem, analisando sua evolução histórica, seus requisitos e sua aplicabilidade. O primeiro capítulo investiga o direito à inovação como um direito fundamental, destacando a importância dos incentivos fiscais para promover a função social da inovação. A evolução histórica da inovação no Brasil e as políticas públicas relacionadas são examinadas, contextualizando o papel da Lei do Bem no panorama nacional. O segundo capítulo apresenta uma análise das teorias da inovação, com destaque para a teoria de Schumpeter e a teoria da hélice quádrupla. Além disso, é realizado um estudo de caso sobre o Parque Tecnológico da Universidade de Passo Fundo, ilustrando a aplicação prática dessas teorias em um contexto específico. No terceiro capítulo, são discutidos os impactos da inovação, especialmente no que diz respeito às políticas de incentivo fiscal, na promoção da sustentabilidade global. Indicadores da Lei do Bem são analisados para o período de 2019 a 2022, fornecendo informações sobre sua eficácia e alcance. Destaca-se que a mesma insere-se na linha de pesquisa Jurisdição Constitucional e Democracia, possuindo como área de concentração Novos paradigmas do Direito, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Direito da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade de Passo Fundo. Considerações sobre a sustentabilidade e continuidade das políticas de incentivo fiscal à inovação no Brasil são levantadas, juntamente com uma análise sobre como a inovação impacta a competitividade das nações em um contexto global. Este estudo contribui para uma compreensão do papel da inovação e das políticas de incentivo fiscal em promover o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Incentivos Fiscais; Inovação; Políticas Públicas; Sustentabilidade.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NA SÍNDROME DE BURNOUT

Autor: Paulo Ricardo Dias de Moraes
Orientadora: Profa. Dra. Adriana Fasolo Pilati

RESUMO

Devido à sua importância fundamental na vida de uma pessoa, uma significativa parcela da vida humana é direcionada à preparação e ao comprometimento com o trabalho. Nos últimos anos, tem-se observado uma maior atenção ao efeito do trabalho na saúde física e mental, destacando-se a síndrome de Burnout, que evidencia muitas das consequências das atividades profissionais sobre o trabalhador e, por conseguinte, sobre a organização. A síndrome de Burnout surge como uma resposta ao esgotamento ocupacional crônico, resultante de um ambiente de trabalho que não foi adequadamente gerido. Quando essa síndrome se manifesta em um colaborador devido a uma gestão inadequada do ambiente laboral, é importante refletir sobre a dinâmica entre empregado e seu ambiente laboral, especialmente quando o suporte necessário não é percebido pelo empregador. Nesse viés, levando-se em conta que ambientes de trabalhos degradados trazem consequências para os trabalhadores, essa Dissertação tem por objetivo investigar a responsabilidade do empregador no surgimento da Síndrome de Burnout. No que diz respeito à metodologia, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, uma vez que a interpretação do pesquisador desempenha um papel fundamental. Além disso, no que tange aos objetivos, a pesquisa é de natureza exploratória, pois visa esclarecer conceitos e oferecer uma visão abrangente do tema. Isso demonstra que esta Dissertação enriquece a compreensão e o aprimoramento de um assunto específico, apresentando-se sob a forma dissertativo-argumentativa e sustentada por uma extensa revisão bibliográfica, tanto de fontes nacionais quanto internacionais. Diante do que foi apresentado, procurou-se abordar as normas vigentes e a responsabilidade civil do empregador em casos de danos causados, seja por suas ações ou omissões no que diz respeito à segurança e saúde no ambiente de trabalho. Nesse sentido, defendemos que o direito do trabalhador a um ambiente de saúde deve estar em consonância com os direitos trabalhistas e os direitos fundamentais. Além disso, é imprescindível reconhecer que todo indivíduo tem o direito a um ambiente de trabalho digno e saudável, assim como a liberdade de não ser incomodado por ninguém, especialmente por parte do empregador. Nesse contexto, é fundamental ressaltar que o trabalho é apenas uma das diversas dimensões dos direitos humanos e da dignidade do ser humano. Em nenhum momento o trabalhador deixa de ser humano em decorrência do trabalho, pois sua condição de ser humano não pode ser dissociada da venda de sua força de trabalho. Portanto, é crucial que sua dignidade seja totalmente preservada e protegida, uma vez que a atividade profissional faz parte essencial de sua existência. Assim, a profissão deve ter como base a dignidade, que deve ser entendida como o "alicerce de toda atividade humana". Por fim, como foi discutido, é um direito do trabalhador ter acesso a um ambiente laboral saudável. A responsabilidade exclusiva do empregador reside em assegurar que todos os protocolos de segurança e higiene sejam seguidos de maneira rigorosa, visando evitar qualquer tipo de dano físico, cognitivo ou emocional.

Palavras-chave: Burnout. Doença Ocupacional. Meio Ambiente de Trabalho. Saúde do Trabalhador.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DA ÁGUA: UMA ANÁLISE ENTRE BRASIL E ESPANHA

Autor: Renan Carlos Pagnussat
Orientadora: Profa. Dra. Karen Beltrame Becker Fritz

RESUMO

A presente dissertação aborda aspectos relevantes acerca da Inteligência Artificial que, devido a sua magnitude, está sendo parte integrante e componente essencial da atual sociedade, a qual vem sendo marcada por inúmeras e constantes transformações sociais, digitais e quebra de paradigmas. Há quem diga que a Inteligência Artificial surge como uma tecnologia disruptiva, pois rompe com certas práticas e padrões que até então vinham sendo adotados. No entanto, por outro viés, há entendimento de que a Inteligência Artificial surge como uma ferramenta inclusiva, logo, não se restringe somente a determinados setores ou aspectos sociais, sendo utilizada em inúmeras áreas e profissões dentro da sociedade. Em razão disso, a presente pesquisa se norteia pelo objetivo de verificar como essa ferramenta poderá, de certa forma, dada a sua essencialidade na atualidade, contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e, consequentemente, para o uso racional da água, bem natural finito e imprescindível à vida na terra, tanto no Brasil quanto na Espanha, por conta da dupla titulação do mestrado realizado no Instituto Universitário de Águas em Alicante na Espanha. Para isso, foram estabelecidos alguns objetivos específicos, a saber: compreender a Inteligência Artificial seu conceito, sua legalidade, seus objetivos, seus riscos e responsabilidades; analisar o fomento para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao uso racional da água, verificando as principais legislações, os desafios enfrentados e as medidas que poderiam ser adotadas para o reaproveitamento consciente da água no Brasil e na Espanha; e examinar como a Inteligência Artificial poderia contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e o uso racional da água no Brasil e na Espanha. A metodologia utilizada no presente trabalho tem como base lógica operacional o método indutivo baseado na temática escolhida e a técnica de pesquisa bibliográfica com suporte em instrumentos e documentos institucionais, cartas constitucionais, legislações infraconstitucionais, livros, publicações em periódicos e anais de congressos. A linha de pesquisa dessa dissertação está incluída na Jurisdição Constitucional e Democrática, na área de concentração Novos Paradigmas do Direito, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Direito da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade de Passo Fundo.

Palavras-chave: Água. Brasil. Espanha. Inteligência artificial. Políticas públicas.

PROTEÇÃO DE DADOS E DIMENSÕES DO PODER: O DIREITO NA ERA DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

Autora: Roberta de Oliveira Sutel
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Antinolfi Divan

RESUMO

A presente dissertação está inserida na área de concentração Relações Sociais e Dimensões do Poder do Programa de Pós-graduação da Universidade de Passo Fundo-RS. O trabalho tem como objetivo analisar o comportamento do direito diante do capitalismo de vigilância e questionar como a nova forma de poder surgida neste capitalismo atual se relaciona com a proteção jurídica. Para responder à problemática, utiliza o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento monográfico. A hipótese principal é que o capitalismo é um sistema em constante mudança, o que implica que as práticas de coleta e uso de dados pessoais também estão em constante evolução. Na primeira parte, o trabalho versa sobre o contexto histórico da proteção de dados no Brasil, até culminar na promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados, incluindo exemplos de incidentes envolvendo entes particulares e administração pública. Na segunda seção, o trabalho aborda as questões de poder, onde o capitalismo de vigilância está inserido em outras dimensões de poder, ocupando o topo de uma pirâmide. No terceiro e último capítulo, o trabalho oferece um contraponto à proteção jurídica para então concluir que a relação entre o capitalismo de vigilância e a proteção jurídica não se limita apenas à implementação de regulamentações, mas também abrange abordagens complementares como a promoção da educação digital e a conscientização sobre questões de privacidade e segurança online. Essas abordagens complementam as legislações, principalmente a Lei Geral de Proteção de Dados, sendo fundamentais para lidar com os dilemas que surgem em decorrência do capitalismo de vigilância.

Palavras-chave: capitalismo de vigilância; dimensões do poder; era da informação; Lei Geral de Proteção de Dados.

AS MULHERES NA AUTORIA DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS E A JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ

Autora: Taís do Amaral de Aguiar
Orientadora: Profa. Dra. Josiane Petry Faria

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar se a justiça restaurativa pode protagonizar a redução de crimes de tráfico de drogas, praticados por mulheres, e como há de contribuir para que se efetive uma cultura de paz na sociedade, a partir de um novo olhar para o crime, tanto para o agente ofensor como para a vítima. Norteia-se a discussão sobre sistema penal e criminologia, no que toca ao crime de tráfico de drogas, que é o delito que mais leva ao encarceramento das mulheres no Brasil. Verifica-se, ainda, a deslegitimidade atual do sistema retributivo e o modelo restaurativo para o enfrentamento dos elevados índices de mulheres aprisionadas. Em conclusão, o método utilizado na investigação foi o dedutivo comparativo, verificando-se a história das mulheres frente ao sistema patriarcal e à criminalidade, observando-se as práticas e finalidades da justiça restaurativa, comparando dados mais recentes, colhidos dos sistemas brasileiros de informações penitenciárias. Nos procedimentos, a escolha foi por formato monográfico, em consultas a livros, legislações e artigos científicos que apresentavam relação com os temas pesquisados. Nesse contexto, aponta-se que a criminologia, nas relações de gênero, exibe uma percepção patriarcal, estimulada pela cultura social, que coloca o homem como superior à mulher. O sistema punitivo é uma prática que vai além da função, sendo seletivo e desigual, quando pune, ignorando diferenças sociais, econômicas e culturais. Encontros, seminários e resoluções têm, ao longo dos anos, construído propostas sobre os procedimentos da justiça restaurativa, apresentando desafios e possibilidades de ressignificar medidas punitivas frente a ilícitos praticados e danos causados, e isso pode se estender a mulheres condenadas e encarceradas por crimes de tráfico de drogas. As possibilidades da aplicação da justiça restaurativa para a redução dos crimes de tráficos de drogas, praticados por mulheres, são ações reparadoras e acordadas que, em sua implementação, podem culminar em uma cultura de paz na sociedade.

Palavras-chave: Criminologia; Cultura da paz; Desigualdade de gênero; Justiça restaurativa; Tráfico de drogas.

A ERA DIGITAL NA INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES NO AMBIENTE ESCOLAR

Autora: Tamires Kurschner Caspers
Orientador: Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto

RESUMO

Este estudo dissertativo pretende analisar a inclusão, os fundamentos, as características e formas de aplicação para as crianças com deficiência, no ambiente escolar. Norteiase a discussão na observância de como a inclusão digital pode trazer avanços para as crianças deficientes no espaço da escola, verificando-se formas de realizar essa inclusão para que elas possam se sentir inseridas em um novo sistema. Por meio do método analítico, no desenvolvimento da pesquisa, em um entendimento livre, a escolha foi por formato monográfico, em consultas a livros, artigos, dissertações, legislações e jurisprudências que apresentavam relação com o tema do estudo. Em conclusão, ficou pontuado que a tecnologia se reveste em legado transformador da era digital, com motivações e modificações na sociedade, economia e cultura, atuando como catalisadora, principalmente revolucionando a educação. Foi observado que o acolhimento, nas ressignificações, envolve igualdade de oportunidades e consideração com a diversidade, em especial, para com as crianças com deficiência, no que se refere aos direitos à inclusão escolar, a fim de criar um ambiente equitativo para todos. A adequação aos direitos inclusivos, aliada à era digital é um grande desafio para o ambiente escolar, que deve se adequar a uma nova cultura, estando apto para as transformações que se mostram constantes e contínuas. Já a prática jurídica tem proferido decisões favoráveis, que reafirmam e asseguram o direito estampado na legislação sobre as garantias da inserção de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular, sendo aplicada pelos diversos Tribunais Estaduais e Federais, no Brasil. Sustenta-se, assim, a importância da inclusão ser respeitada e considerada no meio escolar regular, sendo reconhecida e consolidada pelas normas legais, o que contribui para uma melhora na qualidade da aprendizagem e interação social.

Palavras-chaves: Criança Deficiente; Era Digital; Escola; Inclusão.

RESPONSABILIDADE CIVIL APLICADA À ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL SOB A ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Autora: Victória Gandolfi Medeiros
Orientadora: Profa. Dra. Karen Beltrame Becker Fritz
Coorientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Fritz Filho

RESUMO

Esta dissertação aborda a complexa temática da responsabilidade civil notarial e registral no contexto brasileiro, explorando-a à luz da Análise Econômica do Direito, tendo como objetivo geral analisar o impacto da análise econômica do direito na responsabilidade civil dos notários e registradores no Brasil, explorando os fatores econômicos que influenciam a responsabilidade civil desses profissionais e propondo recomendações para aprimorar a legislação e a regulamentação dos serviços notariais e registrais no país. O estudo visa responder ao problema de pesquisa: "De que forma a doutrina da Análise Econômica do Direito e suas ferramentas podem contribuir para a determinação de responsabilidade civil por erros cometidos por serventias cartorárias?". A dissertação inicia-se pela análise das bases legais e constitucionais das atividades cartorárias. Em seguida, adentra-se na responsabilidade civil dos notários e registradores, e na responsabilidade do Estado pelos atos dos notários e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, conforme estabelecido pela doutrina e jurisprudência brasileiras. A segunda parte da dissertação introduz a Análise Econômica do Direito, promovendo uma interdisciplinaridade entre economia e direito. Fundamentada na teoria econômica, a Análise Econômica do Direito revela-se crucial para compreender os fundamentos econômicos subjacentes às serventias cartorárias, incluindo racionalidade, eficiência e externalidades. A aplicação prática da Análise Econômica do Direito às atividades notariais e registrais é explorada, evidenciando suas potencialidades na análise desses serviços. No terceiro e último capítulo, a Análise Econômica do Direito é aplicada ao estudo da responsabilidade civil notarial e registral, com foco especial no Recurso Extraordinário nº 842.846 do Estado de Santa Catarina. A análise de incentivos, eficiência dos mecanismos de controle e supervisão, e o papel do Estado na prevenção e reparação de danos decorrentes de erros cartorários são discutidos em profundidade. Os resultados obtidos destacam a relevância da Análise Econômica do Direito como ferramenta analítica na compreensão das dinâmicas econômicas envolvidas nas responsabilidades civil e estatal. Conclui-se que a aplicação desses fundamentos contribui não apenas para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados pelas serventias cartorárias, mas também para o aprimoramento de políticas públicas e regulamentações pertinentes.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Análise Econômica do Direito. Atividades Notarial e Registral. Recurso Extraordinário.

ESCRAVIDÃO DIGITAL NA CONTEMPORANEIDADE: DIREITO FUNDAMENTAL À DESCONEXÃO NO BRASIL

Autora: Vitória Piucco
Orientador: Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho

RESUMO

A presente dissertação possui como objetivo analisar as transformações tecnológicas e sociais, diante os impactos significativos nas modalidades de trabalho, os quais redefiniram a forma como os indivíduos trabalham e se relacionam. Notório se faz afirmar a significante melhoria de vida após a chegada da internet, contribuindo para várias inovações. Entretanto, se torna preciso também perceber as consequências da tecnologia na sociedade, visto que seu avanço tem alterado a natureza e a estrutura dos empregos, resultando em novas modalidades de trabalho, como por exemplo, o teletrabalho. O teletrabalho surgiu em 1970 e vem se tornando popular diante a disseminação e crescimento constante das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Essa modalidade foi inserida no Brasil pela Lei nº 13.467/2017 conhecida como Reforma Trabalhista e incrementada pela Lei nº 12.442/2022 estabelecendo assim a regulamentação para essa nova prestação de serviço. Entretanto, essa nova forma de labor, apresenta riscos significativos para o bem-estar do trabalhador e para a sociedade, podendo resultar em problemas sociais graves criando uma nova forma de exploração, conhecida como escravidão digital. Diante desse contexto, surge a urgência de garantir novos direitos aos trabalhadores para assegurarem seus direitos fundamentais. Um exemplo disso concerne no direito à desconexão, o qual a França adere desde o ano de 2017. Assim, a problemática do trabalho adere a investigar se a partir da era digital vivenciada na contemporaneidade o Direito à Desconexão está regulamentado no Direito Brasileiro de forma explícita como um direito fundamental evitando assim a denominada escravidão digital. Diante disso, a revolução tecnológica alterou de forma significativa a relação de trabalho, redefinido, também, os conceitos basilares do direito do trabalho e tais diretrizes estabelecidas não são mais suficientes para conter as transformações do mundo laboral. Sendo assim, foi possível concluir que, além do sistema jurídico brasileiro não prever expressamente o Direito à Desconexão, algumas regras e princípios podem alcançar resultados semelhantes, mas não alcançam o mesmo resultado como usado na França, visto ser crucial que a legislação acompanhe as mudanças na tecnologia e na forma como o trabalho é realizado. Dessa forma, a presente dissertação se demonstra relevante socialmente uma vez que visa analisar as mudanças significativas com o advento de uma nova era, a da escravidão digital. Destaca-se que a mesma insere-se na linha de pesquisa Jurisdição Constitucional e Democracia, possuindo como área de concentração Novos paradigmas do Direito, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Direito da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade de Passo Fundo, sendo reflexo de um tema que possui grande relevância com a realidade, principalmente com o aumento do uso e da necessidade rotineira da internet no dia a dia das sociedades, ademais visa garantir a dignidade da pessoa humana, mostrando-se necessária a contribuição acadêmica.

Palavras-chave: Direito à Desconexão; Direitos Fundamentais; Escravidão Digital; Jornada de Trabalho; Teletrabalho.